

A cidade e a revolta: novas perspectivas sobre a República "velha"

Ana Carolina Vieira Cunha

Essa comunicação apresenta aspectos parciais da pesquisa que venho desenvolvendo em minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, que tem como objetivo analisar a inflexão de caráter historiográfico que vem se processando a respeito do período da Primeira República no Brasil. Para atingir tal objetivo, tomei como objeto específico as análises que se desenvolveram sobre um evento particular ocorrido no período: a Revolta da Vacina. A investigação sobre esse evento evidencia, a meu ver, a compreensão dos processos de renovação historiográfica sobre o período, bem como a análise das influências exercidas pelas novas correntes teóricas elaboradas em vários países, especialmente França, Inglaterra e Itália, sobre a produção dos historiadores brasileiros. Nesse sentido, essa comunicação visa promover uma análise dos textos de Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira sobre a Revolta da Vacina, inserindo tal produção no movimento de renovação da historiografia brasileira, iniciado na década de 1980. Pretendo demonstrar a influência, sobretudo, dos referenciais teórico-metodológicos do marxismo britânico nas pesquisas dos referidos historiadores. Para tanto, farei um breve panorama dos processos de renovação da historiografia e a respeito do que se convencionou chamar história cultural e história social da cultura e, posteriormente, utilizarei como referência os livros “Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial”, de autoria de Chalhoub e “As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da primeira república”, de Leonardo Pereira, para, à luz da reflexão realizada por Thompson em “Folclore, antropologia e história social”, inserido na publicação “As peculiaridades dos ingleses e outros artigos”, refletir sobre os novos temas e abordagens que foram inseridos, nos anos 90, na agenda dos historiadores brasileiros interessados na compreensão dos aspectos culturais da sociedade.

Até o século XX, a então chamada “história da cultura” tinha uma abordagem culturalista, referenciada por uma perspectiva tradicional, que relacionava cultura aos patrimônios intelectual e estético. Segundo a historiadora Rachel Soihet, em “Ensino de história”, tal enfoque se coadunava a uma postura missionária da Europa, que, durante o século XIX, esteve imbuída do desejo de levar a “civilização” aos demais, o que

implicava em demonstrar sua superioridade cultural. A renovação historiográfica do século XX promoveu proveitosos debates sobre teoria, métodos e usos. Na opinião dessa mesma historiadora, tal movimento, embora heterogêneo, teve duas principais vertentes: o que se convencionou chamar Nova História, cujo início foi na França, pela primeira geração da Escola dos Annales e o Marxismo, dividido, por sua vez, em duas grandes frentes: a Nova Esquerda britânica e Escola de Frankfurt, alemã.

No final dos anos 20 e nos decênios subseqüentes, historiadores como Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie lançaram sólidas bases para as mudanças que ocorreriam posteriormente, propondo a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história orientada por problemáticas, o alargamento das temáticas, que englobariam todas as atividades humanas, e não apenas os eventos políticos tradicionais (o que gerou, por sua vez, uma revolução documental) e por fim, a aproximação com outras disciplinas, como a geografia, a linguística e a antropologia social. Tal foi o contexto de emergência da chamada história das mentalidades, que, juntamente com o crescente interesse pela história social, iria influenciar de forma decisiva uma profunda mudança no panorama da história cultural, sobretudo a partir da década de 1960.

Do ponto de vista da historiografia francesa, a história das mentalidades, embora rapidamente criticada, criou uma referência renovadora ao promover uma dupla mudança: de um lado, destacar elementos psicológicos em suas análises e, de outro, considerar que o enfoque da cultura deveria não se concentrar apenas nas elites letradas e abarcar os mais diversos elementos da vida cotidiana, inclusive em seus aspectos mais prosaicos. Dessa forma, gestos, sentimentos e atitudes dos diversos grupos sociais passaram a integrar o campo de análise dos historiadores da cultura, antes preocupados apenas com manifestações eruditas, como as artes, a filosofia e a literatura.

Nos anos 80, outros historiadores ligados a tradição da chamada Escola dos Annales, como Roger Chartier, fundaram o que passou a se denominar nova história cultural, que tem as condições de produção de discursos e práticas como característica essencial, mantendo profundo diálogo com a história social, a literatura, a antropologia e a sociologia. Influenciados pela constatação de Michel Foucault de que os temas das ciências humanas são produtos de formas discursivas historicamente contingentes, e por Pierre Bourdieu, que considera as condições sociais de produção das práticas,

historiadores de tal campo contribuíram decisivamente na avaliação das relações entre a cultura e o universo social. Para além de uma abordagem, a cultura passou a integrar de forma definitiva o campo da dinâmica histórica, conferindo às práticas sociais conteúdo simbólico. Mitos, símbolos e utopias passam a ser trabalhados, incluídos no conjunto coordenado de representações, através do qual se podem apreender valores, normas, identidades e papéis sociais que expressam, por sua vez, demandas dos diversos grupos sociais. O entendimento de que as ações dos sujeitos são pautadas pelas representações que fazem do real fez com que as práticas sociais passassem a ser consideradas como “textos” passíveis de serem lidos e interpretados de forma crítica, idéia que aproximou a história cultural da teoria literária e da linguística, tomando suas análises como modelos de ação metodológica.

No campo das relações entre antropologia e história, uma produção que se destaca é a de Robert Darnton. Darnton concorda com Jacques Le Goff quando esse afirma que a noção de diferença é a principal contribuição da relação história/antropologia, traduzida na idéia do anacronismo, para os historiadores. Influenciado pela teoria interpretativa de Clifford Geertz, o historiador considera que qualquer expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, compartilhado pela comunidade, e cabe ao historiador buscar o significado, a partir da “leitura” das manifestações culturais. Essa visão, no entanto, é criticada por Chartier que considera que o modelo interpretativo geertziano tende a anular as diferenças na apropriação ou no uso das formas culturais, obscurecendo a existência de conflitos. O historiador francês afirma que os diferentes conteúdos simbólicos podem ser atribuídos a um mesmo signo numa dada comunidade, o que rechaça a idéia de que os universos simbólicos são unificados e igualmente compartilhados.

Tal perspectiva se aproxima dos argumentos do antropólogo Fredrik Barth, em “A análise da cultura nas sociedades complexas”. Segundo Barth, o significado é sempre uma relação entre um signo e seu observador, e não alguma coisa sacramentada e partilhada em uma expressão cultural particular. Tal dado orienta a análise para o contexto e a práxis referentes a tal produção de significado. Além disso, o antropólogo afirma o caráter distributivo da cultura, que é compartilhada por alguns e não por outros. Observar a distribuição da cultura evidencia, segundo Barth, a maneira como ela anima a vida social e gera construções culturais complexas, o que, por sua vez, leva a

uma sociologia do conhecimento que pode esclarecer a produção e reprodução culturais em um mundo complexo e heterogêneo.

Outro aspecto salientado por Barth se refere à posição dos sujeitos. As diferenças entre as pessoas, que a idéia de posicionamento permite apreender, provavelmente constitui o principal ímpeto para as formas essenciais de interação, conversação e reflexão. Reconhecer que cada indivíduo é específico e não contém em si a totalidade cultural oferece o desafio e a liberdade de construção de uma análise própria do objeto de estudo. Tal estudo, segundo o autor, deve se preocupar em mapear a totalidade gerada pelas várias práxis que configuram um mundo que, implicitamente, molda e limita a vida de quem nele se encontra. Essa noção pode, em sua análise, auxiliar a construção de modelos de vários processos sociais importantes.

Outra corrente de renovação historiográfica, que se desenvolve nesse mesmo momento, pode ser aquela representada pela micro-história italiana. Nesta, a tendência interdisciplinar também se manifesta com relação à antropologia. Para o historiador italiano Carlo Ginzburg, o surgimento de uma área comum entre antropólogos e historiadores foi possível a partir do momento em que os primeiros passaram a se interessar pelos processos de mudança social, admitindo que seus objetos de estudo não eram imutáveis, e os historiadores passaram a valorizar os comportamentos, crenças e cotidianos do homem comum. Tal aproximação promoveu, segundo ele, o desenvolvimento de uma abordagem histórica a partir de um conceito de cultura que buscasse a interpretação das práticas e representações sociais.

A partir da crítica à abordagem inter classista da história das mentalidades (“O queijo e os vermes”), Ginzburg opta por outro viés de análise, o da “cultura popular”, definida pelas relações que mantém com a cultura dominante. Baseado em Bakhtin (“A cultura popular na Idade Média e no Renascimento”), Ginzburg propõe a noção de circularidade cultural, isto é, influências recíprocas entre as culturas dos grupos dominantes e subalternos, recebidas através de um filtro, cujos critérios se definiriam de acordo com os diferentes valores e condições de vida de tais grupos sociais. Tal abordagem aproxima o historiador da história “vista de baixo”, uma perspectiva da história social da tradição marxista britânica, da qual Thompson faz parte.

Essa tradição, conhecida como Marxismo britânico ou Nova Esquerda britânica, além de crítica ao modelo dual estrutura-superestrutura, trouxe novas problemáticas

históricas, entre elas, o comprometimento com uma “história que vem de baixo”, tomando como legítimas as experiências, ações e lutas das classes populares. Aí se explica a preocupação de tais historiadores com as questões relacionadas às práticas culturais e tradições.

A partir do afastamento dos métodos quantitativos e seriais, a tradição marxista britânica passou a buscar novas possibilidades de análise da vida social, privilegiando as redes sociais nas quais os sujeitos se inserem e interferem, nos mais variados contextos. Tal postura permite entrever, através dos indícios documentais, aspectos desse vivido que seriam desconsiderados numa abordagem mais antiga. Embora E. P. Thompson esteja vinculado à historiografia social marxista britânica, pode ser considerado pioneiro, no que tange aos estudos de história cultural. Num exercício de autocrítica marxista, o historiador afirma que sem cultura, não há produção. Segundo ele, os dois erros na tradição marxista foram, primeiramente, confundir o conceito de modo de produção com uma acepção estreita de viés econômico e o de, identicamente, confundir as instituições, a ideologia e a cultura de uma classe dominante com toda cultura e “moralidade”.

Thompson aponta dificuldades teóricas e a impossibilidade de transpor conclusões da pesquisa antropológica para a histórica. Segundo ele, o antropólogo procura detectar modelos gerais, a partir de estruturas de base que estariam presentes, mais ou menos camufladas, em todas as formações sociais. Segundo Thompson, é importante o conhecimento das formas, pois elas revelam um simbolismo derivado do sistema cognitivo oculto da comunidade. Contudo, destaca-se a importância do contexto para a análise historiográfica. Cabe ao historiador ultrapassar a forma e chegar ao conteúdo, tendo em vista que velhas formas podem assumir novas funções, assim como novas formas surgem para manter conteúdos simbólicos antigos.

O historiador, ao voltar seu interesse para o estudo da Inglaterra anterior ao século XVIII, se deparou com uma sociedade na qual o costume e o hábito tinham enorme peso nas relações sociais (um exemplo disso é o direito consuetudinário). Em busca de fontes que revelassem elementos dos costumes e suas significações, adentrou o terreno dos folcloristas, que se revelou um rico campo para tal estudo. Diante disso, o autor defende um maior uso de tais relatos nos estudos historiográficos, porém numa abordagem bastante diferenciada das que orientaram os folcloristas oitocentistas. Ao

invés de tomá-los como resquícios ou fragmentos de formações culturais passadas, o historiador deve encará-lo como fonte que pode auxiliar na reconstituição de costumes e crenças de uma comunidade.

As importantes questões colocadas por Thompson se encontram claramente presentes na produção historiográfica de Sidney Chalhoub e de Leonardo Affonso de Miranda Pereira, com relação à Revolta da Vacina. Se os historiadores anteriores à década de 1990 se empenharam em rastrear nas ações e nos discursos dos revoltosos algo para além de movimentos manipulados por forças alheias, os historiadores Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira vão adiante. Após o diagnóstico feito por Chalhoub de algumas “falhas” nas análises historiográficas anteriores, os autores procuraram na revolta uma lógica que informasse ação – e não mera reação. Para esses dois autores, a vacina não foi um simples pretexto para a revolta. Diante dessa convicção, ambos caminharam no sentido de investigar mais detalhadamente os elementos presentes na experiência dos cariocas com o serviço de vacinação, que foi capaz de gerar tamanha desconfiança nos mesmos.

O historiador Sidney Chalhoub apresenta uma abordagem nova do tema. O autor analisa as concepções africanas e afro-brasileiras sobre doença e cura, tendo como objeto específico a varíola e seu orixá particular, Omolu. Além disso, analisa o serviço de vacinação nos anos anteriores à revolta e articula esses aspectos. O historiador encontra um rico universo cultural, que entendia a doença como provinda de um feitiço, por violação de uma tradição, por erro ritual ou pelo descumprimento de deveres para com os deuses. A doença provinha, sempre, de causas sobrenaturais e a cura era evocada por rituais. Um aspecto importante desse universo era o controle dual, isto é, um santo ou orixá tinha o poder de, segundo seus critérios, imprimir o flagelo ou livrar o povo dele.

Se para o poder público a epidemia de varíola era um sinal de atraso, à luz da religiosidade, ela seria um castigo que funcionaria como purificação dos males da comunidade. Em alguns casos, podia ser um chamado divino para que a pessoa acometida do mal se tornasse um cavalo, filho de Omolu (caso dos negros Bantus, por exemplo). Chalhoub descreve, em suas palavras, ao longo do século XIX, *um processo de acirramento da atuação do poder público contra as práticas e concepções populares sobre doença e cura*. (p.167). Perpassando essas práticas, estava o fato de que as redes

de dependência pessoal ainda eram indispensáveis ao próprio exercício da autoridade pública. Portanto, haveria uma necessidade de construção de uma outra teia de sujeição do produtor direto, diferente das estruturas que sustentam a prerrogativa senhorial de acorrentar o trabalhador ao processo de produção. Para Chalhoub, a dificuldade ou impossibilidade de delimitar com precisão as fontes das ameaças à ordem social era o centro da definição de um novo projeto de ordenamento social. Uma boa metáfora da imprecisão estava no modelo do infeccionismo, que se opunha ao do contágio e auxiliava na desqualificação dos saberes populares sobre doença e cura.

Diante dessas questões, Chalhoub aponta para a necessidade da discussão sobre os reordenamentos estruturais ocorridos nas políticas de dominação e nas relações de classe do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. O historiador sustenta que as controvérsias no interior do pensamento e das práticas higienistas eram constitutivas do *processo histórico de falência das ideologias de dominação senhorial- escravidão, paternalismo, dependência pessoal- e da conseqüente tentativa de reorganização do mundo do trabalho no Brasil nas últimas décadas do século passado.*

Em síntese, Chalhoub analisa dois elementos constitutivos de uma reorganização da sociedade carioca nesse período e necessários para entender a conjuntura mais específica da revolta: a “modernização sem mudanças” engendrada pelo poder público e balizada pelas teorias higienistas e a resposta popular, legitimada por uma cultura de valores ligados à religiosidade, porém indicativos de outros, relacionados à constatação de uma lógica perversa de organização social. O historiador oferece elementos para se pensar como a idéia da “administração competente” se coaduna bem com as novas conjunturas de fim de século. O Estado, a partir de um discurso referendado pelo positivismo, de imparcialidade e objetividade, se permite e até mesmo se coloca como tarefa, reprimir práticas populares consideradas “condenáveis”. Em outras palavras, um discurso que legitima a compressão da cidadania.

Leonardo Pereira avança mais sobre a relação dos populares com a vacina e com o serviço de vacinação e complementa a análise de Sidney Chalhoub, apontando para a anulação e não-legitimidade dos saberes que não tinham na Ciência sua base, no século XIX: *Ao se criar novos saberes, abriam-se também espaços para a definição de ignorâncias.* Dessa forma, permite-se a legitimação da supremacia de alguns grupos sobre os outros. Assim como Chalhoub, o historiador mostra como a referência

positivista acabou servindo muito bem àquela conjuntura, pois fornecia elementos que davam conta de manter uma lógica de hierarquização social, antes baseada no poder senhorial. Ao valorizar a ciência como única forma legítima de saber, desvalorizava-se as outras. A população, por sua vez, que portava visões e crenças as quais não se coadunavam à lógica da medicina oficial, era impelida a negar o monopólio da cura a tal ciência médica. Essa contraposição evidencia, na análise de Leonardo, a existência de fissuras muito mais estruturais do que as que separavam defensores e opositores de Oswaldo Cruz.

Como ponto de partida de sua pesquisa, Leonardo Pereira analisa o contexto antecedente à revolta, para buscar os diferentes posicionamentos em relação à lei que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola. Além disso, analisa também a revolta em si, tentando rastrear os discursos dos diferentes grupos envolvidos na manifestação. O autor contribui para o debate sobre a suposta falta de combatividade dos trabalhadores cariocas, na medida em que analisa suas estratégias de luta a partir da experiência da escravidão. Leonardo mostra que há de haver uma mudança de perspectiva na forma de encarar as estratégias de luta dos trabalhadores negros, informados por valores específicos de sua tradição de luta durante a escravidão.

Segundo o historiador Sidney Chalhoub, há grandes riscos de se encarar os manifestantes como mera massa de manobra nas mãos de políticos oportunistas ou como simples “baderneiros”, perspectiva compartilhada com analistas da época. O historiador ressalta uma característica da historiografia mais recente: o olhar voltado para os que – de fato - fizeram a revolta. Segundo ele, essa característica deriva de uma *tentativa de corrigir visões anteriores* sobre a revolta. O motivo para essa nova abordagem historiográfica é se opor às abordagens que tendiam a desvalorizar ou minimizar as dimensões da ação popular. Aí estaria, para Chalhoub, uma falha na análise de José Murilo de Carvalho, já que o historiador enfatiza menos o sentido macro de resistência, focando o caráter moralista da oposição. Na perspectiva de Chalhoub, Murilo acaba estendendo para todos os grupos envolvidos, valores que criariam uma “justificativa moral” para a revolta. Chalhoub acha que esse viés não dá conta de explicar o motivo da revolta. Segundo ele, o historiador não se esforça para entender se havia qualquer “tradição” ou experiência de classe que alimentasse a revolta, porque Murilo parte do pressuposto da inexorabilidade da “fragmentação social” da classe

trabalhadora carioca, devido à escravidão. Além disso, autor generaliza para toda a sociedade o que Chalhoub chama de “tipo burguês” de obsessão com o comportamento e a honra feminina.

Sobre esse aspecto, Leonardo Pereira se aproxima da perspectiva de Chalhoub e afirma que a tentativa de decifrar o “enigma” da revolta passa pela necessidade de uma mudança de perspectiva na forma de encará-lo. Trata-se, para o historiador, de investigar na história dos manifestantes, que para ele, seriam “trabalhadores anônimos”, os valores e as tradições que sustentavam sua ação, e não apenas analisar os motivos imediatos da revolta, que, a um observador distraído, se mostram incoerentes. Leonardo propõe, então, uma mudança de abordagem da revolta. O autor não busca novidades sobre o tema, mas traz um viés específico de análise que, segundo ele, “dê conta” de decifrar o tal “enigma” sem reduzir a análise à negação da racionalidade dessa luta.

Um elemento constitutivo dessa tradição era a religião. Assim como Chalhoub, Leonardo leva em conta a importância das religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro, representada pela grande quantidade de adeptos entre os trabalhadores (inclusive brancos e imigrantes). Leonardo faz referência ao controle dual analisado por Chalhoub e mostra que as práticas de variolização, existentes na África desde o século XVIII, eram constantes em terras cariocas, retomando a partir dessa ideia, o argumento de Chalhoub sobre as raízes culturais negras da tradição vacinofóbica.

A partir dessa breve apresentação da produção dos historiadores Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira sobre a Revolta da Vacina, pretendi demonstrar a importância da renovação historiográfica brasileira, processada a partir da década de 1980 e influenciada pela historiografia internacional, para um novo olhar sobre a Primeira República e sobre a dinâmica social do cidade do Rio de Janeiro, no período.